



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **3 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 16 de fevereiro de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO	
Controle da inflação será feito pelo juro, diz Mantega.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO	
Dilma fará reforma ministerial mais ampla.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO	
Mais concorrência e investimentos nos portos	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Controle da inflação será feito pelo juro, diz Mantega		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ele descartou uso do câmbio para conter preços; mercado aposta agora em alta da Selic no 1º semestre

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem em Moscou, onde está para reunião do G-20, que a taxa de juros, e não o câmbio, é o mecanismo de controle da inflação, relata a enviada especial Cláudia Trevisan. Ele não informou se a alta da inflação, que em janeiro atingiu 0,86%, o maior patamar para o mês em uma década, levará ao aumento da Selic, atualmente em 7,25% ao ano. Investidores, porém, interpretaram a fala do ministro como sinal de que o Banco Central vai elevar os juros e aumentaram as apostas no **mercado** futuro - alta de 0,25 ponto porcentual ainda no primeiro semestre. À tarde, os investidores testaram a disposição do BC em relação ao **dólar**. A cotação da moeda americana chegou a cair para R\$ 1,952. Mas o BC interveio e a moeda fechou em alta de 0,41%, a R\$ 1,967.

Após fala de Mantega, mercado aposta em alta de juros no primeiro semestre

Cláudia Trevisan

ENVIADA ESPECIAL/ MOSCOU

A taxa de juros é o mecanismo de controle da inflação no Brasil, e não o câmbio, afirmou ontem em Moscou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, refutando a interpretação de que o governo havia deixado o real apreciar nos dias anteriores para conter a aceleração no índice de preços, que em janeiro atingiu o maior patamar desde 2005.

O ministro já havia feito declaração semelhante em janeiro. Mas, desta vez, os investidores interpretaram como sinal de que o Banco Central vai elevar os juros. Investidores aumentaram as apostas no **mercado** futuro em uma alta da taxa básica (Selic) em 0,25 ponto porcentual entre as reuniões de abril e maio do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. No ano, as apostas são de uma alta de mais de um ponto porcentual.

Apesar da negativa de Mantega sobre o uso do câmbio contra a inflação, os investidores também testaram a disposição do BC de deixar o real se valorizar. A cotação do **dólar** chegou a cair para R\$ 1,952. Mas o BC interveio e o **dólar** fechou em alta de 0,41%, a R\$ 1,9670.

“O câmbio não é instrumento para controlar a inflação. O instrumento do Banco Central para controlar a inflação são os juros”, reiterou Mantega. Ele se recusou a dizer se a recente alta na inflação levará à elevação dos juros, que estão em 7,25% ao ano.

“O Banco Central tem de ficar vigilante e, se não houver uma queda da inflação espontaneamente, ele tomará as devidas providências”, declarou a jornalistas antes do início da reunião de ministros do G20, em Moscou.

Segundo ele, o “sinal de alerta” do governo é disparado sempre que o índice de preços supera o centro da meta de inflação para o ano, marca que hoje corresponde a 4,5%.


Mantega disse que a alta do mês passado foi provocada por razões “sazonais, e não estruturais”, e previu que a inflação terá desaceleração acentuada em fevereiro, sob influência do corte nas tarifas de energia.

O índice de preços atingiu 0,86% em janeiro. Anualizado, o porcentual significa uma inflação de 6,15%.

Mantega ressaltou que o governo não tem meta para a cotação do real em relação ao **dólar**, mas disse que o nível atual é mais “equilibrado”. Segundo ele, a valorização dos últimos dias, que levou o **dólar** a R\$ 1,95, não é uma resposta à alta da inflação e decorre de movimentos normais do **mercado**.

A apreciação da moeda ajuda no controle de preços na medida em que torna mais baratas as **importações**, pois é preciso menos reais para o pagamento do valor em **dólares**.

Para ele, a alta ocorreu “dentro de uma margem razoável” e manteve a moeda em um patamar que dá “certa competitividade” às **exportações** e barra **importações** a preços “artificialmente” baixos. / COM AGÊNCIA ESTADO

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma fará reforma ministerial mais ampla		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dilma revê planos e amplia reforma em Ministérios

Wera Rosa / Brasília

A presidente Dilma Rousseff deve fazer em março uma reforma ministerial mais ampla do que a prevista inicialmente para acomodar novos aliados e resolver pendências com antigos parceiros, num movimento planejado para construir as bases de sua campanha à reeleição, em 2014.

Empenhada em conquistar apoios, Dilma pode ceder à cúpula do PDT, que reivindica a troca do ministro do Trabalho, Brizola Neto, e atender o PR, ávido por substituir o titular dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.

Os movimentos da presidente, na fase pós-faxina - período iniciado em julho de 2011, quando seis ministros foram substituídos por conta de irregularidades nas pastas têm o objetivo de evitar que apoiadores do PT sejam atraídos por outros candidatos ao Palácio do Planalto.

O governo acompanha com lupa os passos do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), e do senador Aécio Neves (PSDB-MG), possíveis adversários de Dilma na disputa do ano que vem, e fará de tudo para impedir a debandada de aliados.

"Especulação". Brizola Neto se reuniu ontem com dirigentes da Força Sindical, em São Paulo. O ministro contou que Dilma lhe telefonou e garantiu que notícias sobre sua saída não passam de "especulação". Contrariada com o "vazamento" de informações, a presidente também pediu à ministra da Comunicação Social, Helena Chagas, que negasse a preparação de uma reforma ministerial, neste momento. O desmentido foi publicado no Blog do Planalto.

Antes do carnaval, o presidente do PDT, Carlos Lupi, disse a Dilma que o partido não se sente representado por Brizola Neto, seu desafeto. Ex-ministro do Trabalho, defenestrado em 2011, no rastro de denúncias de corrupção, Lupi indicou para o Ministério o secretário-geral do PDT, Manoel Dias.

Dilma ainda não deu resposta. Nos bastidores do Planalto, o comentário é que Brizola Neto não consegue unir o PDT e não emplacou nem o líder da bancada do partido na

Câmara. Disputa o comando do PDT com Lupi que, apesar das acusações contra ele, detém a hegemonia do partido.

Mais pragmática do que quando chegou ao Planalto, em 2011, Dilma quer agora na Esplanada representantes de partidos que possam garantir sua reeleição. Para tanto, vive o dilema de ceder ou não aos pedidos daqueles que caíram na "faxina".

Nos últimos dias, ela teve várias reuniões reservadas para tratar da reforma na equipe. Conversou com o vice-presidente Michel Temer e com os ministros Aloizio Mercadante (Educação), Fernando PIMentel (Desenvolvimento) e Alexandre Padilha (Saúde). Dias antes, já havia se encontrado com dirigentes do PDT e do PR.

Crucial. A prioridade de Dilma é manter a dobradinha com o PMDB na campanha da reeleição. Apesar dos rumores sobre uma aproximação com Campos, ela não pretende oferecer a vaga de vice ao PSB em sua chapa.

O PMDB comanda hoje 5 dos 38 Ministérios (Minas e Energia, Previdência, Agricultura, Turismo e Secretaria de Assuntos Estratégicos), além das presidências da Câmara e do Senado, mas pode crescer. O PT, por sua vez, ocupa 18 cadeiras na Esplanada e luta para não perder espaço.

Antes cotado para Ciência e Tecnologia, o deputado Gabriel Chalita (PMDB-SP) agora é citado para Turismo. Chalita apoiou a candidatura de Fernando Haddad (PT) no segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo e, na ocasião, o acordo previa uma vaga no Ministério.


Para abrigar o PSD do ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kas-sab, o novo Ministério da Micro e Pequena Empresa deverá mesmo ser entregue ao vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos (PSD). O projeto de criação da pasta só aguarda a aprovação do Congresso.

A cúpula do PR quer trocar Paulo Sérgio Passos, dos Transportes, sob a alegação de que ele nunca foi um "republicano autêntico". Passos assumiu após o presidente do PR, senador Alfredo Nascimento (AM), ser obrigado a deixar o cargo sob denúncias de corrupção na pasta.

Até hoje, a presidente resistiu às mudanças, e ipis agora tem sido aconselhada a ceder. O PDT ameaça apoiar a

possível candidatura de Campos, em 2014, e o PR já deu mostras de que tem bom trânsito com o PSDB. No ano passado, por exemplo, aliou-se ao tucano José Serra na briga pela Prefeitura de São Paulo.

O PSB de Campos deve manter o comando de dois ministérios (Integração Nacional e Portos). Auxiliares de Dilma dizem que, se o governador for candidato, deveria "devolver os cargos".

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Mais concorrência e investimentos nos portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A lei de modernização dos portos possibilitou um grande avanço ao permitir que os maiores terminais marítimos e fluviais brasileiros fossem arrendados por operadores privados. A lei também ajudou a reduzir os impasses trabalhistas, especialmente os relacionados aos trabalhadores avulsos, pois as regras vigentes até então estavam em total conflito com a crescente automação nos embarques e desembarques de mercadorias dos navios. Houve um processo de ajuste no número de estivadores, em comum acordo com as partes envolvidas.

Mas, se a lei propiciou melhorias operacionais consideráveis nos portos (o Brasil tem hoje terminais graneleiros e de contêineres com equipamentos modernos de Norte a Sul), por outro lado não conseguiu que o setor atingisse os mesmos patamares de custos reduzidos que hoje se observa na Ásia, na Europa e até mesmo na América Latina.

A solução é um estímulo à concorrência, com a atração de novos investimentos que ampliem consideravelmente o número de terminais e a oferta de serviços. Foi com esse propósito que o governo editou a Medida Provisória 595, no ano passado.

Se anteriormente a burocracia estatal e o corporativismo trabalhista eram os principais entraves ao avanço do setor portuário, agora o conflito de interesses se concentra mais entre os operadores já estabelecidos e os novos investidores em potencial.

A MP 595 permite que terminais privados venham a disputar cargas de terceiros com os operadores de portos públicos. Antes, os terminais privados tinham de privilegiar cargas próprias, abrindo apenas um pequeno espaço para cargas de terceiros.

Essa abertura dará grande impulso ao setor. Os operadores de terminais públicos reclamam que os portos privados não são submetidos às mesmas regras (não são obrigados a contratar trabalhadores avulsos, por exemplo; daí as centrais sindicais estarem se mobilizando contra a medida provisória, com ameaças de greve em época de escoamento de safras).

Se houver, de fato, fatores que desequilibrem a concorrência no setor, será possível corrigi-los na implementação da nova legislação. O importante é ampliar as oportunidades para novos investidores, de modo a dar mais eficiência ao sistema de transporte, equiparando o Brasil aos padrões já atingidos por países que vêm se destacando no comércio internacional.

Como uma enorme costa e milhares de quilômetros de rios navegáveis, o transporte marítimo e hidroviário entre portos brasileiros precisa ganhar mais impulso, imprescindível para o país dar novo salto. Interesses corporativos não podem ser empecilho.

Portanto, a nova legislação é muito bem-vinda. E que seja aperfeiçoada no que se mostrar necessário, na prática.